

O novo apoio dos EUA aos devedores

Nos próximos dias, o embaixador dos EUA vai revelar as medidas que seu governo estuda para ajudar os países devedores da América Latina.

DÍVIDA

Pastore prevê "tempos de briga" com os credores

A. M. Pimenta Neves, de Nova York.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, declarou ontem à noite a este jornal, momentos antes de retornar ao Brasil em companhia do ministro Ernane Galvão, que está prevendo "tempos difíceis e brigas" com os bancos em torno do prazo, da carência e da taxa de risco do pacote plurianual que o Brasil começa a negociar com os seus credores privados. Mas, disse Pastore, a perspectiva de que o País tenha êxito nessas negociações é boa.

O presidente do Banco Central afirmou que percebeu boa disposição dos membros do Comitê de Bancos, com os quais se reuniu das 10 às 15h30 de ontem no Centro Citicorp, em Nova York. Mas antes de o País definir sua proposta de reescalonamento plurianual aos bancos, disse Pastore, terá de acertar as metas preliminares de 1985 com o Fundo Monetário Internacionais.

Pastore acha que isso será possível no início de dezembro. Thomas Reichman, chefe da missão do FMI, partirá para o Brasil amanhã, devendo permanecer até segunda-feira no Rio de Janeiro a fim de coletar alguns dados, e na terça estará em Brasília.

— Apenas começamos a discussão — afirmou Pastore. Ao Comitê de Bancos disse ter explicado como pretende conduzir as negociações. "Não se espera que concluam cedo. Mas em dezembro já devemos ter fixado as condições do acordo com os bancos."

Os problemas

O vice-presidente do Citibank, William Rhodes, presidente do Comitê, disse a jornalistas após o final da reunião com Pastore que os bancos vêm muito favoravelmente a hipótese de conceder reescalonamento plurianual ao País. Mas devem permanecer até segunda-feira no Rio de Janeiro a fim de coletar alguns dados, e na terça estará em Brasília.

— Apenas começamos a discussão — afirmou Pastore. Ao Comitê de Bancos disse ter explicado como pretende conduzir as negociações. "Não se espera que concluam cedo. Mas em dezembro já devemos ter fixado as condições do acordo com os bancos."

Como se sabe, o Brasil tentará obter dos bancos uma taxa de risco menor, semelhante ou próxima à obtida pelo México nas suas últimas negociações (1,125%). Acontece que o Brasil já vem pagando há muito tempo taxas de risco superiores às do México, e o corte a ser solicitado por Pastore, segundo tudo indica, seria considerado um pouco "amargo" pelos bancos. Uma fonte brasileira confia na intervenção do Tesouro norte-americano, da Reserva Federal e do FMI, para que os bancos internacionais cedam nessa questão. Mas alguns banqueiros encaram com ceticismo a possibilidade disso ocorrer.

William Rhodes, na nota emitida após a reunião de grupo de banqueiros com Pastore, foi um pouco menos lacônico do que de hábito.

Mas sua nota nada continha de novidade, além de revelar que os pormenores da proposta brasileira ficariam para dezembro.

Diz a nota que, segundo Pastore, o Brasil crescerá pelo menos 3% este ano, que o seu superávit comercial ultrapassará a casa dos US\$ 12,5 bilhões.

Prazos

Há um aspecto nas negociações iniciais da fase-3 que preocupa particularmente os bancos brasileiros que entraram no projeto-2 (reescalonamento) desde o seu início. Segundo dois banqueiros, um do Brasil e outro dos Estados Unidos, é o projeto-4 (depósitos interbancários de curto prazo) que permite aos bancos brasileiros obter recursos

O banco Chase defende uma solução política para a dívida

Diretores do banco, reunidos em Paris (entre eles, Henry Kissinger), temem problemas políticos e sociais nos países endividados.



A solução do problema da dívida dos países em desenvolvimento só poderá ser encontrada através de uma efetiva solidariedade ocidental. Tal reivindicação, feita por um ministro de Finanças europeu, ou por certos economistas norte-americanos, ou ainda por portavozes anônimos dos bancos comerciais e até mesmo pelo presidente do Banco Mundial, não constituiria nenhuma surpresa, pois essas áreas já têm manifestado a necessidade de uma solução política para o problema da dívida. Tal afirmação seria apenas a repetição do que já vem sendo dito há algum tempo.

Mas, dessa vez, a declaração ganha importância, pois essa posição passou a ser defendida oficial e publicamente por três dos principais dirigentes de um importante banco comercial dos Estados Unidos, nada menos do que o Chase Manhattan Bank: David Rockefeller, presidente do Comitê Internacional Consultivo do Chase; Henry Kissinger, membro desse comitê e conselheiro do Chase; e pelo próprio Willard Butcher, presidente do banco desde 1981.

Os três, em entrevista concedida na última quarta-feira em Paris, não titubearam em exigir uma ação coordenada dos grandes países ocidentais para tentar resolver os problemas dos países mais endividados.

Outro problema é que alguns desses bancos brasileiros pagam altas taxas de risco, acima das taxas básicas, para atrair depositantes. Se tivessem de garantir taxas de risco ~~mais baixas~~ para os tomadores brasileiros via Banco Central, iriam à falência, segundo queixou-se ontem alto funcionário de um banco brasileiro em Nova York.

Juros

Como se sabe, o Brasil tentará obter dos bancos uma taxa de risco menor, semelhante ou próxima à obtida pelo México nas suas últimas negociações (1,125%). Acontece que o Brasil já vem pagando há muito tempo taxas de risco superiores às do México, e o corte a ser solicitado por Pastore, segundo tudo indica, seria considerado um pouco "amargo" pelos bancos. Uma fonte brasileira confia na intervenção do Tesouro norte-americano, da Reserva Federal e do FMI, para que os bancos internacionais cedam nessa questão. Mas alguns banqueiros encaram com ceticismo a possibilidade disso ocorrer.

Willard Butcher, na nota emitida após a reunião de grupo de banqueiros com Pastore, foi um pouco menos lacônico do que de hábito. Mas sua nota nada continha de novidade, além de revelar que os pormenores da proposta brasileira ficariam para dezembro.

Diz a nota que, segundo Pastore, o Brasil crescerá pelo menos 3% este ano, que o seu superávit comercial ultrapassará a casa dos US\$ 12,5 bilhões.

Como os países do Cone Sul devem tratar a dívida

Renegociação da dívida em bases políticas, de governo para governo, e maior racionalização da produção. São essas as propostas básicas que deverão fazer parte do documento final a ser subscrito pelos 500 participantes da XII Jornada de Contabilidade, Economia e Administração do Cone Sul, que está sendo realizada em Porto Alegre.

Esse documento será enviado, como sugestão, aos governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, com propostas para que esses países pressionem os governos dos credores a assumirem a dívida e renegociá-la em condições mais favoráveis. Os participantes da Jornada acham que, até agora, a questão da dívida vem sendo tratada visando mais o atendimento de interesses de grupos econômicos ligados aos credores do que os interesses das nações envolvidas.

Aproximadamente 300 brasileiros

estão debatendo no encontro, promovido pela Associação Interamericana de Contabilidade. O presidente da entidade, Olívio Koller, diz que a única solução para a dívida latino-americana é de caráter "nacionalista".

Os participantes da Jornada vão propor ainda uma racionalização da produção dos países do Cone Sul e uma intensificação de suas relações comerciais, como forma de reduzir a dependência em relação aos países industrializados. Koller lembrou, por exemplo, que não faz sentido o Brasil importar trigo do Canadá quando a Argentina tem excesses desse produto. Outro exemplo: o Brasil gasta muito no beneficiamento de seu cobre, que tem altos índices de impurezas, quando o Chile poderia fornecer esse metal a preços inferiores. Além do que poderia importar carne bovina brasileira em troca do cobre.

Dívida argentina: comitê assessor reunido.

O comitê de 11 bancos que assessoria a Argentina na renegociação da sua dívida externa realizará hoje uma reunião em Nova York e, na semana que vem, estará reunido com altos representantes argentinos, segundo informaram fontes bancárias. Acrescentaram que o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, e o presidente do Banco Central argentino, Enrique García Vázquez, participarão da reunião da próxima semana.

Grinspun estava ontem em Washington para avistar-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário

Numa atitude que, para muitos observadores, pode ser considerada uma posição mais flexível, o governo dos EUA deve apresentar em breve alternativas para a solução do problema da dívida externa dos países latino-americanos, que já é hoje de US\$ 350 bilhões. A revelação foi feita ontem pelo embaixador dos EUA no Brasil, Diego Asencio, que no entanto preferiu só revelar dentro de dois ou três dias as três hipóteses que estão sendo examinadas em Washington. Só antecipou que essas três alternativas (uma delas seria sugerida aos devedores) se relacionam a comércio, investimento e novos empréstimos de instituições estatais ou privadas.

estimulou os devedores a convidar países credores para a reunião, que poderá realizar-se após o dia 8 de fevereiro, em São Domingos, República Dominicana.

O embaixador Diego Asencio confirma que Shultz deu esperança aos países latino-americanos, mas evitou comentar se os Estados Unidos concordariam em participar da reunião em São Domingos. "Realmente, não tenho nenhuma informação sobre isso", confessou o embaixador. Porém, a disposição norte-americana, embora seja ainda de que o assunto seja tratado no âmbito do FMI, já parece mais flexível.

O chanceler da Venezuela, Morales Paul, mencionou que o pagamento do serviço da dívida externa dos países latino-americanos, este ano, deve alcançar US\$ 30 bilhões. Observou que a dívida externa está pressionando duramente sobre os países em desenvolvimento e contribuído para que eles insistam na necessidade de diálogo, para a obtenção de melhores condições de refinanciamento.

Por sua vez, o chanceler boliviano Gustavo Fernández Saavedra destacou os efeitos negativos para o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, causados pelo endividamento. Outro problema que os chanceleres mencionaram com ênfase é a queda nos preços dos produtos primários exportados para os mercados industrializados.

O peruano Luis Petrovich comentou que os preços de produtos minerais, por exemplo, este ano tiveram a mais baixa cotação dos últimos cem anos.

Liberalização do comércio, uma solução para a dívida?

Foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos da Organização dos Estados Americanos (OEA) a proposta do Brasil no sentido de os governos latino-americanos buscarem nos organismos internacionais de crédito e financiamento — FMI, Bird, Bid — a adoção de medidas tendentes a liberar recursos adicionais para o Hemisfério, de forma a aliviar o peso da dívida que afeta os países da América Latina e Carácas.

Outra proposta apresentada por Brasil, Costa Rica, México e Venezuela, aprovada pela manhã, manifesta preocupação com modificações introduzidas na legislação norte-americana sobre direitos compensatórios. Para esses países, a mudança reforça o caráter protecionista da lei.

Por isso, os países latino-americanos, dentro da estratégia de vincular a necessidade de liberalização do comércio a uma solução para a crise do endividamento, deverão promover uma conferência interamericana sobre relações comerciais no próximo ano. Mas existe uma divergência: os EUA só aceitam a convocação da conferência com agenda ampla e que enfoca, até mesmo, a necessidade de uma nova rodada multilateral nas regras do comércio. O Brasil, porém, considera que um dos objetivos principais da conferência deve ser justamente uma maior abertura do mercado dos EUA às exportações latino-americanas.

Investimentos

No período vespertino, a Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA continuou examinando proposta da delegação dos

Estados Unidos, relacionada a investimento privado direto e indireto na América Latina e nas Caraíbas. Os EUA entendem ser fundamental a adoção de medidas no sentido de atrair recursos para a região, a fim de diminuir o ônus do endividamento dos países em desenvolvimento.

Reiteraram que o comércio, os investimentos, a assistência externa e os empréstimos, tanto privados como oficiais, têm desempenhado um papel vital e decisivo no desenvolvimento econômico moderno dos estados-membro da OEA.

Para os norte-americanos, o investimento externo privado, tanto direto como indireto, pode desenvolver os recursos humanos mediante treinamento e educação, proporcionar acesso a tecnologia e vínculos com mercados de exportação internacionais, assim como aumentar o know-how nacional simultaneamente com a geração de investimento doméstico associado.

Assinala ainda que negócios adequadamente concebidos e orientados para o lucro são um estímulo à atividade econômica dos países da região, no sentido de tudo aumentar, mediante uso de tecnologias intermediárias inovadoras, as oportunidades de emprego, e a produtividade e a exportação de produtos não tradicionais.

Nesse sentido, os EUA insistem na necessidade de convocação de uma reunião técnica para estudar o fortalecimento do investimento privado, tanto direto quanto indireto, na América Latina e Caraíbas, especialmente em indústrias orientadas para a exportação.